



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.saude.gov.br>

EDITAL Nº 90102/2026

Processo nº 00610404.000019/2025-09

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90102/2026**

OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão de pulseiras de identificação de pacientes, compreendendo locação de impressoras térmicas, fornecimento contínuo de pulseiras (adulto, pediátrico e neonatal), insumos, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico especializado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Tipo de disputa: **menor preço por item.**

IMPORTANTE:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/07/2026.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 10:00horas.

LOCAL: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 925550

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília /DF.**

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: ATÉ DIA-08/JULHO/2026.

Pregoeiro(a): ANA MARIA FERREIRA DA SILVA

Endereço: *Secretaria de Estado da Saúde Pública*

Comissão Permanente de Licitação

Email: sesap.cpl@gmail.com

WhatsApp: 84 3232-2671

CNPJ: 08.241.754/0001-45

ComprasNet: www.gov.br/compras/pt-br e www.compras.rn.gov.br

A Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP, torna público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA - tipo MENOR PREÇO POR ITEM, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislação estadual aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão de pulseiras de identificação de pacientes, compreendendo locação de impressoras térmicas, fornecimento contínuo de pulseiras (adulto, pediátrico e neonatal), insumos, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico especializado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1. Havendo qualquer discordância na especificação entre o Edital e do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.

1.2. O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos

interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

2.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.6. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

2.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

2.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.10. **Não poderão participar deste Pregão:**

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, conforme justificativa acostada aos autos do processo administrativo.

- 3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 3.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 3.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 3.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentados fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 3.7. **O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(ões)** deverão ser encaminhados pelo **e-mail: sesap.cpl@gmail.com**.
- 3.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 3.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas pelo sistema em campo próprio e vincularão os participantes e a administração.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.4. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.5. De acordo com o art. 63, II, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), será exigida a apresentação dos documentos para habilitação apenas pelo licitante vencedor, tendo em vista que a fase de habilitação não antecede a de julgamento na presente licitação.
- 4.6. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- 4.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;*
- Fabricante;
- Marca (Exceto quando se tratar de marca própria e exclusiva, situação em que a licitante deve expressar que se trata de “marca própria e exclusiva”, evitando uma identificação antecipada);
- *Valor total do item;*
- *Valor unitário*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

5.3. A inconformidade das informações cadastradas com as das propostas poderá acarretar na desclassificação da empresa.

5.4. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional com no máximo quatro casas decimais após a vírgula e estarem inclusas todas e quaisquer despesas, tais como: frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias), a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a licitante que se identificar durante o cadastro de proposta no sistema, conforme previsto no item do Preenchimento da Proposta.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de vários itens simultaneamente cabendo ao Licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto as chamadas para os Itens.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **item**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).*

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

a) A disputa terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta

de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

e) Não havendo **lance final e fechado** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

f) Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante a fase aberta de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, deverá encaminhar mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

6.16.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou membros da comissão para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

6.16.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante a fase de prorrogação.

6.17. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios.

6.18. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. Também devem ser considerados os dispositivos previstos na LC nº 675/2020.

6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio automático do sistema entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
2. empresas brasileiras;
3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.31. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.33. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.34. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.35. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.36. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, de 24(vinte e quatro) horas e a ocorrência será registrada em ata;

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para, em prazo definido pelo mesmo, enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, através de comunicação via sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. O documento de proposta deverá:

- ser em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.11. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021).

7.12. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.13. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter

alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.14. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.15. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a verificação do eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, tanto em relação à empresa como também em relação ao sócio majoritário, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.16. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.17. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.18. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.19. O (a) Pregoeiro (a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou da documentação, podendo solicitar amostras dos materiais aos arrematantes, para realização de testes complementares necessários a verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, através do sistema, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.20. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SESAP/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para verificar a aceitabilidade das propostas caso tenha alguma dúvida. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o pregoeiro **poderá**:

- solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- solicitar **ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços** para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração dos valores proposto;
- **sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante **despacho fundamentado**, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- **realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

7.21. **Na hipótese de serem solicitados**, documentos originais ou cópias autenticadas, a entrega deverá ser agendada, via chat, com o pregoeiro, respeitando o prazo máximo de 03 dias úteis para cumprimento da solicitação. Endereço para entrega: Secretaria de Estado da Saúde Pública Comissão Permanente de Licitação Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730 - 9º andar, CEP: 59025-600 - Natal - RN CNPJ: 08.241.754/0001-45.

7.22. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou.

7.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

7.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

7.22.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

7.22.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI

7.22.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em

exercício, ou

7.22.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.22.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

7.23. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

7.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.23.2. Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social e Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal (de débitos relativos e à Dívida Ativa da União);

7.23.3. Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.23.4. Certidão Negativa de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;

7.23.5. Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, do domicílio ou sede do licitante;

7.23.6. Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante;

7.23.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal (CIM), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.23.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº12. 440 de 07 de julho de 2011.

7.23.9. As microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas deverão apresentar toda a documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.23.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista **de microempresas ou empresas de pequeno porte**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.23.11. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

7.23.12. Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem o(s) documento(s) elencados neste item.

7.24. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.24.1. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante. Este Item se aplica às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Dec. Estadual 19.938/2007;

7.24.2. Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social anterior, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei ou documentação equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7.24.3. De acordo com a Súmula 289 do TCU, a exigência de índices contábeis de liquidez deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. Logo, no presente certame, a comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será apurada pelo Índice de Liquidez Corrente – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final maior ou igual a 1,0 (hum). (Fórmula de natureza técnica-contábil).

7.24.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

7.24.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.24.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.24.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

7.24.8. Com intuito de justificar a qualificação financeira exigida, destaca-se que a exigência de índices contábeis de liquidez deve conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo

vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, conforme Súmula 289 do TCU. Assim, a exigência dos índices contábeis, assim como dos demais documentos de qualificação financeira, foi incluída para garantir a participação de empresas que tenham capacidade de suportar os ônus inerentes à contratação e não fere o limite delineado pelo TCU, são índices padronizados e usuais nas análises contábeis, não restringindo a ampla concorrência.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Conforme termo de referência.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso de forma fundamentada.

9.5.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.6.2. O acolhimento do recurso implica tão-somente invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. Na fase recursal, é assegurada aos interessados vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. É dever do licitante observar as formalidades relativas aos atos praticados no sistema eletrônico, conforme normas e orientações fornecidas pelo [provedor do sistema eletrônico](#), sob pena de desclassificação.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E RETORNO DA NEGOCIAÇÃO

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006;

10.1.3. Para continuidade de negociações pendentes;

10.1.4. Para realização de diligências.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no

edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.2. Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou seu não-comparecimento para assinatura do contrato, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

12.3. O disposto no Item anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis à licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame;

12.4. No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. Conforme termo de referência e minuta contratual (anexos ao edital).

14. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Conforme termo de referência.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Conforme termo de referência.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

16.2. No caso de formalização de contrato:

16.2.1. os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

16.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índices específicos ou setoriais em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2.3. Conforme processo 00610075.000868/2024-42, caso não seja indicado um índice no termo de referência que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou não haja algum índice de adoção consagrada para o objeto contratado, deve ser adotado o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

16.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

17.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

17.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação

financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

17.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

17.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

18. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO, DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Conforme termo de referência.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO

Dar causa à inexecução parcial do contrato

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

POSSÍVEL SANÇÃO

Advertência.

Impedimento de licitar e contratar.

Impedimento de licitar e contratar.

Impedimento de licitar e contratar.

Impedimento de licitar e contratar.

Impedimento de licitar e contratar.

Impedimento de licitar e contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar;

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

19.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

19.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade

poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

19.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

19.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

19.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

19.22. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

19.22.2. pagamento da multa;

19.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

19.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

19.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. DAS OBRIGAÇÕES

20.1. As obrigações da contratada e contratante encontram-se previstas no termo de referência.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A SESAP, na defesa do interesse do serviço Público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se ao direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

21.2. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito.

21.3. Na **contagem dos prazos** deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

- 21.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência (Especificação do objeto) - 41210732;
- ANEXO II - Modelo de Proposta de preços;
- ANEXO III - Minuta de Contrato - 38007661;
- ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar - 41176710.

ANEXOS A MINUTA DE EDITAL

MODELO DE PROPOSTA

ITEM	Nº REGISTRO M.S.	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/FABRICANTE	DENOMIÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$ _____ VALOR DO ICMS R\$ _____ ALÍQUOTA DO ICMS _____ PREÇO LIQUIDO DO ITEM R\$ _____						

O preço total da presente proposta é de R\$: _____ (_____). (Valor por extenso)

1. Declaramos que a validade desta proposta é de _____ dias a contar da data de sua entrega.
2. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Informamos a conta bancária da empresa:
- Banco _____,
- Nº da conta: _____,
- Agência _____,
- Telefone para contato _____
- E-mail _____.

4. Estamos de acordo com todas as Cláusulas do edital.

Atenciosamente,

_____/RN, ____ de _____ de 2026.

Assinatura e carimbo

Diretor ou representante legal - RG/CPF

(Esta proposta deverá ser encaminhada em documento timbrado da empresa)

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610404.000019/2025-09

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão de pulseiras de identificação de pacientes, compreendendo a locação de impressoras térmicas, fornecimento contínuo de pulseiras de identificação (adulto, pediátrica e neonatal), insumos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado, instalação, configuração e treinamento operacional, destinados ao atendimento das necessidades das unidades hospitalares e unidades de referência vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte – SESAP/RN.

1.2. A natureza do objeto caracteriza-se como serviço comum de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. A contratação contempla a disponibilização de até 50 (cinquenta) impressoras térmicas para impressão de pulseiras de identificação de pacientes, bem como o fornecimento mensal estimado dos seguintes insumos:

- 1.4. a) 41.905 (quarenta e um mil, novecentos e cinco) pulseiras de identificação tamanho adulto;
- b) 6.452 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e duas) pulseiras de identificação tamanho pediátrico;
- c) 1.121 (mil cento e vinte e uma) pulseiras de identificação tamanho neonatal.

1.5. Os quantitativos estimados foram definidos com base em levantamento técnico realizado junto às unidades da rede SESAP/RN, considerando o histórico assistencial, média de internações, fluxo de pacientes, perfil das unidades hospitalares e necessidade de continuidade dos protocolos de identificação segura do paciente.

1.6. A execução do objeto compreenderá, ainda:

- a) instalação e configuração dos equipamentos;
- b) fornecimento contínuo dos insumos necessários ao funcionamento da solução;
- c) manutenção preventiva e corretiva;
- d) substituição de peças e equipamentos defeituosos sem ônus adicional;
- e) suporte técnico especializado;
- f) treinamento inicial das equipes usuárias;
- g) atendimento técnico corretivo dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.

1.7. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e mantidas as condições que fundamentaram a contratação.

1.8. A adoção do modelo de contratação continuada justifica-se em razão da necessidade permanente e ininterrupta de identificação segura de pacientes nas unidades hospitalares da rede estadual de saúde, atividade diretamente relacionada à segurança assistencial, continuidade dos serviços de saúde e cumprimento das normativas sanitárias vigentes.

1.9.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Essa iniciativa está em consonância com o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), que estabelece o estímulo à adoção de práticas assistenciais seguras. Além disso, dentre os protocolos básicos definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e regulamentados pela Portaria MS/GM nº 529/2013, os quais devem ser elaborados e implementados pelos serviços de saúde, destaca-se o Protocolo de Identificação do Paciente, que orienta a implementação de normativas específicas sobre a identificação correta dos pacientes.

2.2. Adicionalmente, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 36/2013, da Anvisa, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde, reforça a obrigatoriedade da adoção de medidas sistemáticas para a prevenção de eventos adversos, incluindo a correta identificação do paciente como um de seus principais eixos estruturantes.

2.3. Este ETP trata da solicitação de contratação de impressoras térmicas para a impressão de pulseiras de identificação de pacientes (adulto, pediátrico e neonatal), bem como do fornecimento regular dessas pulseiras, visando atender às necessidades das 21 unidades hospitalares e 2 unidades de referência vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP-RN).

3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A prestação do serviço ocorrerá na modalidade outsourcing de impressão de pulseiras de identificação.

Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada:

LOTE ÚNICO				
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quant/Mensal	Quant/Anual
1	impressoras térmicas - Impressoras de pulseiras de identificação do paciente Impressão térmica direta de pulseiras hospitalares (300 dpi) Suporte a linguagens ZPL/ZPL II e Unicode para impressão multilíngue Memória interna de 512 MB Flash + 256 MB SDRAM Resolução: 300 dpi (12 pontos/mm) Velocidade: até 51 mm/s para uso hospitalar Largura de impressão: opções entre 19,05 mm, 25,4 mm e 30,16 mm; comprimento de 76 a 558 mm Interfaces padrão: USB, USB Host, Ethernet, Bluetooth Low Energy Chassi de plástico resistente a impacto, com superfície lavável e compatível com desinfetantes hospitalares Fonte universal (100-240 V, 50-60 Hz) Aprovações: FCC, CE, RCM, VCCI, CB, IEC, TÜV, NRTL, entre outros padrões para ambientes médicos.	UND	50	600
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	41.905	502.860
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	6.452	77.424
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	1.121	13.452

3.2. Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada. Fornecimento contínuo de insumos (pulseiras, ribbons, materiais de limpeza, etc.);

3.3. Manutenção preventiva e corretiva on-site, com atendimento técnico em até 48h úteis após chamado;

3.4. Suporte técnico remoto e presencial;

3.5. Instalação e configuração inicial dos equipamentos em cada unidade;

3.6. Relatórios periódicos sobre utilização, disponibilidade dos equipamentos e indicadores de atendimento.

3.7. **Especificações das Pulseiras**

3.7.1. Material: Polietileno ou material sintético equivalente;

3.7.2. Resistência: À água, álcool, antissépticos hospitalares;

3.7.3. Dimensões:

3.7.4. Adulto: 25mm x até 300mm

3.7.5. Pediátrico: 20mm x até 200mm

3.7.6. Neonatal: 10mm x até 150mm

3.7.7. Fixação: Fecho inviolável;

3.7.8. Impressão: Compatível com impressão térmica direta ou transferência térmica;

3.7.9. Cor: Branca;

3.7.10. Livre de látex, hipoalergênicas, atóxicas;

3.7.11. Durabilidade mínima de 7 dias legíveis.

3.8. As quantidades indicadas para os itens 2 a 4 são estimativas, devendo ser informado o valor unitário por pulseira. Ao final de cada mês, deverá ser apresentado o total de unidades efetivamente utilizadas, para fins de pagamento exclusivo da quantidade consumida no período.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A presente contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais e administrativos necessários à adequada execução do objeto, visando assegurar a continuidade dos serviços, a segurança assistencial e a eficiência operacional da solução pretendida.

4.2. 1. Requisitos Técnicos

4.3. A contratada deverá disponibilizar impressoras térmicas compatíveis com impressão de pulseiras de identificação hospitalar, com capacidade de operação contínua e integração aos ambientes tecnológicos utilizados pelas unidades da rede SESAP/RN.

4.4. Os equipamentos deverão possuir, no mínimo:

a) tecnologia de impressão térmica direta ou transferência térmica;

b) conexão compatível com ambiente de rede institucional;

c) resolução adequada para impressão legível de dados do paciente e códigos de barras;

d) compatibilidade com pulseiras hospitalares adulto, pediátricas e neonatais;

e) funcionamento compatível com os sistemas operacionais utilizados pela Administração;

f) capacidade de operação contínua em ambiente hospitalar.

4.5. As pulseiras fornecidas deverão:

- a) ser confeccionadas em material resistente à água, álcool, sabão e antissépticos hospitalares;
- b) possuir fechamento inviolável;
- c) apresentar durabilidade mínima necessária para permanência durante o período de internação;
- d) ser livres de látex, atóxicas e hipoalergênicas;
- e) permitir impressão legível e resistente ao desgaste operacional.

4.6. 2. Requisitos de Qualificação Técnica

4.7. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) experiência prévia na prestação de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto licitado.

4.8. Poderá ser exigida comprovação de fornecimento anterior de soluções de outsourcing de impressão, locação de equipamentos térmicos hospitalares ou serviços similares voltados ao ambiente assistencial.

4.9. 3. Requisitos Legais e Regulatórios

4.10. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, plena regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.11. Além disso, deverão ser observadas todas as normas sanitárias, técnicas e regulamentares aplicáveis ao ambiente hospitalar, especialmente aquelas relacionadas à segurança do paciente e à utilização de materiais destinados à identificação hospitalar.

4.12. 4. Requisitos Econômico-Financeiros

4.13. A licitante deverá demonstrar capacidade econômico-financeira compatível com a execução do objeto, mediante apresentação dos documentos exigidos na legislação aplicável e no edital, de forma a assegurar condições mínimas de estabilidade financeira para execução contínua do contrato.

4.14. As exigências de qualificação econômico-financeira deverão observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, limitando-se ao necessário para garantia da adequada execução contratual.

4.15. 5. Requisitos de Prazo e Execução

4.16. A contratada deverá realizar a instalação e disponibilização inicial dos equipamentos nos prazos definidos pela Administração, garantindo o pleno funcionamento da solução contratada.

4.17. Os atendimentos técnicos corretivos deverão ocorrer em prazo compatível com a criticidade operacional do serviço, observando-se, preferencialmente, atendimento inicial em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após abertura do chamado técnico.

4.18. A contratada deverá assegurar fornecimento contínuo dos insumos necessários à operação, evitando desabastecimento nas unidades hospitalares contempladas.

4.19. 6. Requisitos de Sustentabilidade

4.20. A execução contratual deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, racionalização do consumo de insumos e adequada destinação de resíduos gerados pela manutenção dos equipamentos.

4.21. A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais decorrentes da execução do serviço, observando as normas aplicáveis relacionadas à logística reversa e descarte ambientalmente adequado de materiais substituídos.

4.22. 7. Requisitos de Segurança

4.23. A solução contratada deverá garantir confiabilidade operacional e integridade das informações impressas nas pulseiras de identificação, minimizando riscos assistenciais relacionados à falha de identificação do paciente.

4.24. Os equipamentos e insumos deverão possuir padrão de qualidade compatível com utilização em ambiente hospitalar, assegurando legibilidade, durabilidade e segurança das informações durante o período de utilização.

4.25. 8. Requisitos de Garantia e Suporte Técnico

4.26. A contratada deverá prestar suporte técnico especializado durante toda a vigência contratual, incluindo manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças defeituosas e substituição de equipamentos quando necessária.

4.27. Todos os custos relacionados à manutenção, assistência técnica, deslocamentos, reposição de peças e substituição de equipamentos deverão estar inclusos no valor contratado, sem ônus adicional para a Administração.

4.28. 9. Requisitos de Avaliação da Execução

4.29. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, observando critérios relacionados:

- a) à disponibilidade dos equipamentos;
- b) ao cumprimento dos prazos de atendimento técnico;
- c) à regularidade do fornecimento dos insumos;
- d) à qualidade das impressões e pulseiras fornecidas;
- e) à continuidade operacional do serviço;
- f) ao cumprimento das obrigações contratuais.

4.30. O descumprimento dos requisitos estabelecidos poderá ensejar aplicação das sanções administrativas previstas na legislação e no instrumento contratual.

5. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

5.1.

5.2. A seleção do fornecedor ocorrerá mediante realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global por lote/grupo único, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza comum do objeto e a necessidade de contratação integrada da solução.

5.3. A adoção do pregão eletrônico justifica-se em razão de o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, possibilitando ampla competitividade entre os licitantes e maior eficiência na contratação pública.

5.4. O critério de julgamento pelo menor preço global considera a necessidade de execução integrada dos serviços de outsourcing de impressão, abrangendo fornecimento dos equipamentos, insumos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e demais elementos necessários à continuidade operacional da solução.

5.5. A contratação em grupo/lote único mostra-se tecnicamente recomendável diante da necessidade de compatibilidade operacional entre os equipamentos, insumos e serviços de manutenção, evitando riscos de descontinuidade, conflitos de responsabilidade contratual e prejuízos à padronização da solução utilizada pelas unidades hospitalares da SESAP/RN.

5.6. A avaliação das propostas observará critérios objetivos de conformidade técnica e econômica, considerando:

- a) compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- b) exequibilidade dos preços ofertados;
- c) atendimento integral das exigências técnicas e operacionais;
- d) adequação dos equipamentos e insumos ofertados ao ambiente hospitalar;
- e) conformidade com os requisitos legais, regulatórios e sanitários aplicáveis.

5.7. 1. Critérios de Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista

5.8. As licitantes deverão apresentar documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

5.9. 2. Qualificação Técnica

5.10. A exigência de qualificação técnica possui fundamento na necessidade de assegurar que a futura contratada detenha capacidade operacional mínima para execução adequada do objeto, especialmente em razão da relevância assistencial da solução e da necessidade de continuidade dos serviços de identificação segura de pacientes.

5.11. A identificação hospitalar constitui atividade diretamente relacionada à segurança do paciente, rastreabilidade assistencial e prevenção de eventos adversos, exigindo que a empresa contratada possua experiência prévia compatível com a complexidade operacional da contratação.

5.12. Dessa forma, será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou executa serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto licitado.

5.13. A exigência mostra-se proporcional e razoável, não restringindo indevidamente a competitividade do certame, mas apenas assegurando que a empresa vencedora possua experiência mínima necessária para garantir a continuidade operacional dos serviços contratados.

5.14. A exigência encontra respaldo no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas, considerando a necessidade de compatibilidade entre as exigências habilitatórias e a complexidade do objeto contratado.

5.15. 3. Qualificação Econômico-Financeira

5.16. A exigência de qualificação econômico-financeira visa assegurar que a futura contratada possua capacidade financeira mínima para suportar os custos inerentes à execução continuada do contrato, especialmente considerando que a solução envolve fornecimento contínuo de insumos, disponibilização de equipamentos, manutenção técnica e suporte operacional permanente.

5.17. A execução contratual demandará capacidade financeira suficiente para manutenção de estoque operacional, logística de distribuição, assistência técnica especializada e substituição de equipamentos, circunstâncias que justificam a adoção de requisitos econômico-financeiros compatíveis com a natureza da contratação.

5.18. As exigências econômico-financeiras observarão os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e ampla competitividade, em conformidade com o artigo 69 da Lei nº 14.133/2021, artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, especialmente a Súmula TCU nº 289.

5.19. Os índices contábeis eventualmente exigidos possuirão fundamentação técnica compatível com as características do objeto contratado, observando parâmetros usualmente adotados pelo mercado e vedada a utilização de indicadores relacionados à rentabilidade ou lucratividade.

5.20. 4. Critérios de Aceitabilidade da Proposta

5.21. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) apresentarem preços inexequíveis ou excessivos;
- b) não atenderem às especificações técnicas do Termo de Referência;
- c) apresentarem incompatibilidade operacional com as necessidades da Administração;
- d) deixarem de comprovar os requisitos mínimos exigidos para execução do objeto.

5.22. A Administração poderá realizar diligências para verificação da exequibilidade das propostas, nos termos da legislação vigente.

5.23. 5. Sustentabilidade e Conformidade

5.24. As licitantes deverão observar, sempre que aplicável, práticas de sustentabilidade ambiental e conformidade regulatória relacionadas ao objeto contratado, especialmente quanto à adequada destinação de resíduos e utilização de materiais compatíveis com ambiente hospitalar.

5.25. Dessa forma, os critérios de seleção estabelecidos visam assegurar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência, economicidade e interesse público.

5.26.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS:

6.1.1. Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;

6.1.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação;

6.1.3. Entregar os materiais, objeto da presente licitação, no endereço constante no item 13.1, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas (horário local) de segunda a sexta-feira;

6.1.4. Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.

6.1.5. Responder por todos os custos de manutenção (fornecimento e substituição de peças com vícios, falhas ou com defeito de fabricação bem como a mão-de-obra para a sua instalação) e não serão de responsabilidade da CONTRATANTE durante o período de garantia;

6.1.6. Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:

6.1.6.1. Catálogo original do equipamento;

6.1.6.2. Manual de utilização / operação do equipamento em português;

6.1.7. **Substituir ou adequar o produto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da chegada do técnico ao local de instalação do equipamento, caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencida ou em desacordo com as especificações do Edital;**

6.1.8. **Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.**

6.1.9. - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.9.1. - A exigência de qualificação técnica foi determinada com base nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade:

"As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic)ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado"

6.1.9.2. Esclarecemos também que os equipamentos que fazem parte do objeto desta licitação são bens públicos e que por isso, são de interesse de toda a sociedade, e em função da alta monta de valor cabe a Administração Pública exigir cuidados e fazer sua parte para garantir a capacidade técnica dos interessados em executar o contrato de forma eficiente evitando prejuízos ao erário.

6.1.9.3. Apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, através da apresentação de atestado de CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação da quantidade fornecida, da qualidade do material, do atendimento, do cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento, acompanhados dos respectivos contratos de prestação dos serviços.

6.1.9.4. É obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos e softwares aqui solicitados, independente da descrição da proposta do fornecedor, através de documentos que sejam de domínio público cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL, não sendo aceitas declarações do fabricante como comprovação das exigências

6.1.10. Garantir o fornecimento contínuo dos insumos;

6.1.11. Efetuar manutenções corretivas e preventivas;

6.1.12. Substituir impressoras ou componentes defeituosos sem custos adicionais;

6.1.13. Prestar suporte técnico e treinamento inicial;

6.1.14. Elaborar relatórios mensais de desempenho e utilização;

6.1.15. Cumprir integralmente os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a entrega e as obrigações da licitante vencedora, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de Servidor da SESAP;
- 7.2. Efetuar o pagamento na forma convencionada nos termos deste Termo de Referência;
- 7.3. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a licitante vencedora;
- 7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Adjudicatária;
- 7.5. Aplicar à Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais;
- 7.6. Proceder a rigoroso controle de qualidade dos produtos no recebimento, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e às apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato;
- 7.7. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 7.8. O servidor nomeado da SESAP para recebimento e fiscalização do objeto, terá até 10 (Dez) dias úteis da data do recebimento do bem objeto deste processo licitatório para se manifestar, quanto a sua conformidade às especificações, registrando todos os fatos referentes ao controle de qualidade, tais como aprovações, rejeições, omissões, e demais ocorrências, se houver.
- 7.9. Providenciar os pontos elétricos e de rede necessários;

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto ocorrerá de forma continuada, mediante prestação de serviço de outsourcing de impressão de pulseiras de identificação de pacientes, compreendendo a disponibilização dos equipamentos, fornecimento contínuo de insumos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e demais serviços necessários ao pleno funcionamento da solução contratada nas unidades vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte – SESAP/RN.
- 8.2. A execução contratual deverá observar os procedimentos, prazos, rotinas operacionais e condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a continuidade do serviço e a adequada operacionalização dos processos de identificação segura de pacientes.
- 8.3. 1. Implantação da Solução
- 8.4. Após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço, a contratada deverá realizar:
 - a) levantamento técnico inicial das unidades contempladas;
 - b) instalação e configuração das impressoras térmicas;
 - c) testes operacionais dos equipamentos;
 - d) disponibilização inicial dos insumos;
 - e) treinamento operacional básico das equipes indicadas pela Administração;
 - f) validação do pleno funcionamento da solução.
- 8.5. A implantação ocorrerá de forma gradativa, conforme cronograma definido entre a Administração e a contratada, observando as necessidades operacionais das unidades hospitalares.
- 8.6. 2. Disponibilização dos Equipamentos
- 8.7. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos em regime de comodato/locação, mantendo-os em pleno funcionamento durante toda a vigência contratual.
- 8.8. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente instalados, configurados e aptos ao funcionamento imediato, incluindo todos os acessórios, cabos, fontes e componentes necessários à operação.
- 8.9. A contratada permanecerá responsável pela manutenção integral dos equipamentos durante toda a execução contratual.
- 8.10. 3. Fornecimento dos Insumos
- 8.11. O fornecimento das pulseiras e demais insumos necessários ao funcionamento da solução ocorrerá de forma contínua, conforme demanda da Administração.
- 8.12. A contratada deverá manter regularidade no abastecimento das unidades contempladas, evitando interrupções operacionais decorrentes da falta de materiais.
- 8.13. As entregas deverão ocorrer em quantitativos compatíveis com o consumo das unidades hospitalares, observando cronograma previamente ajustado com a fiscalização contratual.
- 8.14. 4. Manutenção Preventiva e Corretiva
- 8.15. A contratada deverá executar manutenção preventiva periódica dos equipamentos, visando garantir sua disponibilidade operacional e reduzir riscos de falhas técnicas.
- 8.16. Em caso de defeito, indisponibilidade ou mau funcionamento dos equipamentos, a contratada deverá realizar atendimento técnico corretivo dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.
- 8.17. Quando necessário, a contratada deverá promover substituição temporária ou definitiva do equipamento defeituoso, sem ônus adicional para a Administração, de modo a evitar interrupção do serviço.
- 8.18. 5. Suporte Técnico
- 8.19. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado durante toda a execução contratual, por meio de canais de atendimento aptos ao registro e acompanhamento de chamados técnicos.
- 8.20. Os atendimentos deverão observar níveis mínimos de serviço relacionados ao prazo de resposta, prazo de

solução e continuidade operacional da atividade assistencial.

8.21. 6. Fiscalização e Acompanhamento Contratual

8.22. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, competindo à fiscalização:

- a) acompanhar a execução dos serviços;
- b) verificar a conformidade dos equipamentos e insumos fornecidos;
- c) monitorar os níveis de atendimento técnico;
- d) atestar o recebimento dos serviços executados;
- e) registrar ocorrências e eventuais inconformidades;
- f) adotar providências administrativas em caso de descumprimento contratual.

8.23. A fiscalização poderá solicitar ajustes operacionais sempre que necessário à adequada execução do objeto.

8.24. 7. Recebimento dos Serviços

8.25. O recebimento dos serviços ocorrerá de forma mensal, mediante verificação da regular execução contratual pela fiscalização competente.

8.26. Serão observados, para fins de atesto:

- a) disponibilidade operacional dos equipamentos;
- b) regularidade do fornecimento dos insumos;
- c) cumprimento dos prazos de atendimento técnico;
- d) qualidade das pulseiras fornecidas;
- e) conformidade da execução contratual com as especificações previstas no Termo de Referência.

8.27. Constatada qualquer irregularidade, a contratada será formalmente notificada para adoção das medidas corretivas cabíveis.

8.28. 8. Encerramento da Execução Contratual

8.29. Ao término da vigência contratual, a contratada deverá realizar a retirada dos equipamentos disponibilizados, observando cronograma previamente definido pela Administração, de modo a evitar prejuízo à continuidade dos serviços assistenciais.

8.30. A contratada deverá assegurar a conclusão adequada das atividades pendentes, recolhimento dos equipamentos e encerramento operacional da solução sem comprometer o funcionamento das unidades hospitalares.

8.31. O encerramento contratual não afasta a responsabilidade da contratada por obrigações eventualmente remanescentes decorrentes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.

8.32.

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O contrato decorrente desta licitação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 107, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que haja interesse da Administração e vantajosidade na prorrogação. As prorrogações estarão condicionadas à manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista, ao atendimento das disposições contratuais, à existência de recursos orçamentários e à justificativa prévia da Administração Pública, respeitados os limites legais estabelecidos.

10. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

10.1. A natureza dos objetos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto 1024, de 2019.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante realização de pesquisa de preços destinada à identificação dos valores praticados no mercado para prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão de pulseiras de identificação hospitalar.

11.2. A pesquisa mercadológica deve considerar parâmetros compatíveis com a natureza do objeto, contemplando a locação de impressoras térmicas, fornecimento contínuo de pulseiras de identificação, insumos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e demais elementos necessários à execução integral da solução.

11.3. Para composição da estimativa de preços, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- a) pesquisas junto a fornecedores do ramo especializado;
- b) análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública;
- c) consulta a preços registrados em atas e contratos administrativos vigentes;
- d) consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;
- e) análise de histórico de contratações correlatas no âmbito da Administração Pública.

11.4. A metodologia adotada busca identificar valores compatíveis com os praticados no mercado, observando critérios de razoabilidade, economicidade e aderência às especificações técnicas da contratação pretendida.

11.5. A memória de cálculo será elaborada com base nos quantitativos estimados constantes do Estudo Técnico Preliminar, considerando:

- a) a quantidade estimada de impressoras térmicas;
- b) consumo mensal estimado de pulseiras adulto, pediátrica e neonatal;
- c) fornecimento dos insumos operacionais necessários;
- d) custos estimados de manutenção preventiva e corretiva;

- e) suporte técnico especializado;
- f) logística de entrega e operacionalização da solução.

11.6. Os quantitativos utilizados para composição da estimativa financeira foram definidos com base no levantamento assistencial realizado junto às unidades da rede SESAP/RN, considerando histórico de internações, perfil assistencial, taxa de ocupação hospitalar e fluxo médio de pacientes.

11.7. Os preços unitários referenciais, planilhas de composição de custos, memória de cálculo detalhada, cotações obtidas, mapas comparativos de preços e demais documentos que subsidiam a estimativa da contratação encontram-se acostados aos autos do processo administrativo, em documento apartado e devidamente classificado, nos termos da legislação aplicável.

11.8. A Administração deve adotar como referência metodológica a utilização de valores médios obtidos a partir das pesquisas válidas realizadas, desconsiderando preços manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, de forma a assegurar maior confiabilidade à estimativa final da contratação.

11.9. Importante destacar que a estimativa do valor da contratação possui caráter referencial, destinando-se à definição da viabilidade econômica da contratação e à instrução do procedimento licitatório, não vinculando a Administração aos valores inicialmente apurados.

11.10. A estimativa financeira elaborada visa assegurar compatibilidade entre os preços praticados no mercado e os recursos públicos a serem empregados na contratação, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e vantajosidade da Administração Pública.

11.11. Dessa forma, considera-se atendida a exigência legal relativa à estimativa do valor da contratação, estando o Termo de Referência devidamente instruído com os parâmetros utilizados para obtenção dos preços, memórias de cálculo e documentos de suporte correspondentes, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

11.12.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

12.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

12.2.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);

12.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

12.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

12.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

13. DO REAJUSTE

13.1. os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de [impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato](#), o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão poderá convocar [representante](#) da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. **Do gestor de contrato**

14.6.1. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47](#)):

14.6.2. analisar a documentação que antecede o pagamento;

14.6.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

14.6.4. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

14.6.5. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

14.6.6. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

14.6.7. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

14.6.8. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

14.6.9. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;

14.6.10. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;

14.6.11. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;

14.6.12. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

14.6.13. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.

14.7. **Do fiscal de contrato**

14.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

14.7.2. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais ([Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48](#)):

14.7.2.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

14.7.2.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

14.7.2.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

14.7.2.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

14.7.2.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

14.7.2.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

14.7.2.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

14.7.2.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

14.7.2.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

14.7.2.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

14.7.3. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 49](#)).

14.7.3.1. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

- a) os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
- e) o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
- f) a satisfação do público usuário.

14.7.4. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

14.7.5. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 10.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.7.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

- I - marca;
- II - qualidade;
- III - forma de uso.

14.7.7. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50](#)).

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Em razão da natureza do objeto contratado e após análise técnica de risco da contratação, fica dispensada a exigência de garantia de execução contratual, conforme previsão do art. 96, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A dispensa da garantia decorre da avaliação de que a execução do objeto não apresenta riscos que justifiquem a exigência da prestação de garantia por parte da contratada, sendo suficiente a aplicação das demais sanções administrativas previstas em lei em caso de descumprimento contratual.

15.3. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, além das medidas cabíveis de ressarcimento ao erário.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato	Declaração de inidoneidade

fraudulento na execução do contrato	para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

16.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

16.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

16.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;
- b) suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- c) suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

16.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

16.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

16.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

16.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

16.22. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- f) 11.23 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17. DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante a celebração de termos aditivos, observadas as disposições constantes no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, e demais dispositivos aplicáveis.

17.2. As alterações contratuais poderão ocorrer nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, especialmente para:

- I - Modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II - Necessidade de modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuições quantitativas de seu objeto, nos limites permitidos;
- III - Necessidade de modificação do valor contratual em decorrência de redução da execução por motivo de interesse público;
- IV - Necessidade de modificação do valor contratual em decorrência de fatos supervenientes e imprevisíveis;
- V - Necessidade de prorrogação dos prazos de execução do objeto.

17.3. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. As supressões contratuais poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) desde que resultem de acordo celebrado entre as partes.

17.5. O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, por inadimplemento contratual pela contratada, por razões legais supervenientes ou de comum acordo entre as partes, observadas as disposições do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, mediante notificação formal e motivada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

17.6. Constituem motivos para rescisão do contrato, entre outros previstos na legislação:

- I - O descumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - A decretação de falência, insolvência civil ou dissolução da sociedade;
- III - A transferência total ou parcial do objeto do contrato sem prévia autorização da Administração;
- IV - O atraso injustificado na execução do objeto;

V - A paralisação da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

17.7. As rescisões contratuais serão formalmente motivadas, assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

17.8. Em caso de rescisão contratual, a Administração poderá aplicar sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal cabível.

17.9. O termo de rescisão deverá ser instruído com relatório indicativo contendo, conforme o caso:

- I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III - Indenizações e penalidades eventualmente aplicadas.

18. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. Os materiais objetos deste termo de referência deverão ser entregues em embalagens que os protejam de arranhões e amassados, e com todos os itens contidos nas especificações deste termo de referência, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, nos endereços das 21 unidades hospitalares e 2 unidades de referência especializada da SESAP/RN, conforme Anexo I abaixo.

Sigla	Unidade :	Endereço:
HRLGV	Hospital Regional Lindolfo Gomes Vidal	Rua da Central, S/N - Centro - Santo Antônio
HRMAB	Hospital Regional Monsenhor Antônio Barros	Av. Moizaniel de Carvalho, s/n - Manoel Alves de Souza, São José de Mipibu - RN, 59162-000
HRTM	Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia	R. Projetada, S/N - Aeroporto, Mossoró - RN
HRF	Hospital Rafael Fernandes	R. Juvenal Lamartine, 03 - Santo Antônio, Mossoró - RN, 59621-470
HRHMM	Hospital Regional Hélio Moraes Marinho	R. Adalgiza da Silveira Pinto, 2, Apodi - RN, 59700-000
HRDAPS	Hospital Regional Dr Aguinaldo Pereira da Silva	R. Aparício Carlos Fernandes, 299 - Sebastiao Maltez, Caraúbas - RN, 59780-000
HRMPMC	Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia	Av. Professor Antonio Campos, 734 - Bairro: Pte. Costa e Silva - CEP: 59625.620 - Mossoró/RN.
HRJAG	Hospital Regional Josefa Alves Godeiro	R. Jerônimo Câmara, 1063 - Centro, João Câmara - RN, 59550-000
HETFF	Hospital Estadual Telecila Freitas Fontes	Estrada do Perímetro Irrigado do Sabugi s/n Paulo VI, Caicó - RN, 59300-000
HDMC	Hospital Dr. Mariano Coelho	Av. Teotônio Freire, 813 - JK, Currais Novos - RN, 59380-000
HRME	Hospital Regional Monsenhor Expedito	R. José Sinezio dos Santos, 5, São Paulo do Potengi - RN, 59460-000
HRCCA	Hospital Regional Cleodon Carlos de Andrade	Rodovia BR-405, Km 3, s/n - Arizona, Pau dos Ferros - RN, 59900-000
HMWG	Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	Av. Sen. Salgado Filho s/nº - Tirol, Natal - RN, 59015-000
HJPB	Hospital Dr. José Pedro Bezerra	R. Araquari, s/n - Potengi, Natal - RN, 59110-390
HGT	Hospital Giselda Trigueiro	R. Cônego Monte, 110 - Quintas, Natal - RN, 59037-170
HMAF	Hospital Maria Alice Fernandes	Av. Pedro Álvares Cabral, s/n - Parque dos Coqueiros, Natal - RN, 59115-000
HGJM	Hospital Geral Dr. João Machado	Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1700 - Tirol, Natal - RN, 59015-350
HRAMF	Hospital Regional Alfredo Mesquita Filho	R. Dr. Pedro Matos, s/n, Macaíba - RN, 59280-000
HRDML	Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena	R. Sadi Mendes, S/N - Santos Reis, Parnamirim - RN, 59141-085
HCCPG	Hospital Central Coronel Pedro Germano	Av. Prudente de Moraes, 887 - Tirol, Natal - RN, 59020-400

HRNIS	Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos	Rua Dr. Luiz Carlos, 3400 - Novo horizonte, Açú - RN, 59650-000
Hemonorte	Hemocentro Dalton Cunha	Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1800 - Tirol, Natal - RN, 59064-630
CERAE	Centro Estadual de Reabilitação e Atenção Ambulatorial Especializada	Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1900 - Tirol, Natal - RN, 59030-660
SVO	Serviço de Verificação de Óbito	R. Cônego Monte, 110 - Quintas, Natal - RN, 59037-170

18.2. O prazo máximo de entrega do objeto desta licitação será de 30 (TRINTA) dias úteis, contados da data do recebimento da nota de empenho, por meio de quem tenha poderes para tanto, da convocação expressa encaminhada pela CONTRATANTE juntamente com a nota de empenho;

18.3. Até o terceiro dia útil anterior ao final do prazo estabelecido para a entrega, a CONTRATADA poderá solicitar a prorrogação do prazo por igual período definido no termo de referência, desde que justifique e comprove suas alegações. Suspendendo-se o decurso do prazo até a data do recebimento da comunicação à CONTRATADA acerca da decisão da CONTRATANTE de aceitar e acatar a nova data para a entrega. A comunicação será realizada pelo servidor nomeado da SESAP para recebimento e fiscalização do objeto.

18.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) servidor nomeado da SESAP responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

18.5. Sendo que não satisfeitas às exigidas neste termo, será devolvido, todo ou em parte, devendo ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis corridos a partir da solicitação de substituição feita pelo servidor nomeado da SESAP para recebimento e fiscalização do objeto, cabendo o ônus do envio e devolução do mesmo, a licitante vencedora.

18.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

18.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

18.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

19.2. Gestão/Unidade: 24131 - Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte - FES-RN;

19.3. Elemento de Despesa: 33.90.39.12 - Locação de Máquinas e Equipamentos

19.4. Fonte de Recursos: 0.5.00 Recursos não vinculados de Impostos

19.5. Subação: 238201 - Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências

20. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

20.1. Essa iniciativa está em consonância com o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), que estabelece o estímulo à adoção de práticas assistenciais seguras. Além disso, dentre os protocolos básicos definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e regulamentados pela Portaria MS/GM nº 529/2013, os quais devem ser elaborados e implementados pelos serviços de saúde, destaca-se o Protocolo de Identificação do Paciente, que orienta a implementação de normativas específicas sobre a identificação correta dos pacientes. Adicionalmente, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 36/2013, da Anvisa, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde, reforça a obrigatoriedade da adoção de medidas sistemáticas para a prevenção de eventos adversos, incluindo a correta identificação do paciente como um de seus principais eixos estruturantes. Este ETP trata da solicitação de contratação de impressoras térmicas para a impressão de pulseiras de identificação de pacientes (adulto, pediátrico e neonatal), bem como do fornecimento regular dessas pulseiras, visando atender às necessidades das 21 unidades hospitalares e 2 unidades de referência vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP-RN).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO DANIEL DE CARVALHO FELICIANO, Chefe de Grupo Auxiliar**, em 12/05/2026, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA MEDEIROS DE BARCELOS, Subcoordenadora de Atenção Hospitalar**, em 12/05/2026, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATA FREIRE DO NASCIMENTO, Coordenadora de Atenção à Saúde**, em 20/05/2026, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41210732** e o código CRC **5C0BC852**.

Referência: Processo nº 00610404.000019/2025-09

SEI nº 41210732

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00610404.000019/2025-09

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRA O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA E A EMPRESA

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **Secretaria de Estado da Saúde Pública** – Órgão da Administração Direta, com sede à Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Centro - Natal/RN, CEP: 59.025-600, inscrita no CNPJ sob nº 08.241.754/0001-45, neste ato, representada por seu titular Dr. Alexandre Motta Câmara, CPF nº 538.596.694-00, de agora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede à _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão de pulseiras de identificação de pacientes, compreendendo locação de impressoras térmicas, fornecimento contínuo de pulseiras (adulto, pediátrico e neonatal), insumos, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico especializado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO				
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quant/Mensal	Quant/Anual
1	impressoras térmicas - Impressoras de pulseiras de identificação do paciente Impressão térmica direta de pulseiras hospitalares (300 dpi) Suporte a linguagens ZPL/ZPL II e Unicode para impressão multilíngue Memória interna de 512 MB Flash + 256 MB SDRAM Resolução: 300 dpi (12 pontos/mm) Velocidade: até 51 mm/s para uso hospitalar Largura de impressão: opções entre 19,05 mm, 25,4 mm e 30,16 mm; comprimento de 76 a 558 mm Interfaces padrão: USB, USB Host, Ethernet, Bluetooth Low Energy Chassi de plástico resistente a impacto, com superfície lavável e compatível com desinfetantes hospitalares Fonte universal (100-240 V, 50-60 Hz) Aprovações: FCC, CE, RCM, VCCI, CB, IEC, TÜV, NRTL, entre outros padrões para ambientes médicos.	UND	50	600
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	41.905	502.860
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	6.452	77.424
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	1.121	13.452

1.2. Vinculam este Contrato, independente de sua transcrição, Termo de Referência, o Edital de Licitação, a Proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste documento obrigacional é celebrada com base no resultado, homologação em

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) **meses**, contados a partir da assinatura, **podendo ser prorrogado por até duas vezes, por igual período**, desde que comprovada a vantajosidade, mantidas as condições originais e mediante termo aditivo formal, não ultrapassando o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021**.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. **CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Sustentabilidade:**

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser observados os seguintes requisitos:

4.3. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

4.4. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

4.5. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

4.6. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

4.7. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

4.8. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais

4.9. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.10. **Garantia da contratação**

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

4.12. Trata-se da prestação de serviço outsourcing de impressão de bens de prateleira (commodities tecnológicas) padronizados e com ampla oferta no mercado, cujo risco de inadimplemento é considerado baixo.

4.13. O pagamento só será realizado após o recebimento provisório e definitivo dos bens, conferidos quanto à conformidade técnica e quantitativa, o que mitiga o risco de prejuízos à Administração em caso de não cumprimento contratual.

4.14. Em contratações anteriores de mesma natureza e complexidade técnica, não se verificou inadimplemento ou prejuízo à Administração que justificasse a imposição de garantia.

4.15. A exigência de garantia representa encargo adicional que pode ser repassado ao preço final ofertado, comprometendo a economicidade do certame

5. **CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO**

Condições de execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. *Início da execução do objeto: 30 dias úteis*, contados da data do recebimento da nota de empenho

5.1.2. *Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:*

5.1.3. *Local e horário da prestação de serviço:*

Unidade	Endereço
Hospital Regional Lindolfo Gomes Vidal	Rua da Central, S/N - Centro - Santo Antônio
Hospital Regional Monsenhor Antônio Barros	Av. Moizaniel de Carvalho, s/n - Manoel Alves de Souza, São José de Mipibu - RN, 59162-000
Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia	R. Projetada, S/N - Aeroporto, Mossoró - RN
Hospital Rafael Fernandes	R. Juvenal Lamartine, 03 - Santo Antônio, Mossoró - RN, 59621-470
Hospital Regional Hélio Moraes Marinho	R. Adalgiza da Silveira Pinto, 2, Apodi - RN, 59700-000
Hospital Regional Dr Aguinaldo Pereira da Silva	R. Aparício Carlos Fernandes, 299 - Sebastiao Maltez, Caraúbas - RN, 59780-000
Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia	Av. Professor Antonio Campos, 734 - Bairro: Pte. Costa e Silva - CEP: 59625.620 - Mossoró/RN

Hospital Regional Josefa Alves Godeiro	R. Jerônimo Câmara, 1063 - Centro, João Câmara - RN, 59550-000
Hospital Estadual Telecila Freitas Fontes	Estrada do Perímetro Irrigado do Sabugi s/n Paulo VI, Caicó - RN, 59300-000
Hospital Dr. Mariano Coelho	Av. Teotônio Freire, 813 - JK, Currais Novos - RN, 59380-000
Hospital Regional Monsenhor Expedito	R. José Sinezio dos Santos, 5, São Paulo do Potengi - RN, 59460-000
Hospital Regional Cleodon Carlos de Andrade	Rodovia BR-405, Km 3, s/n - Arizona, Pau dos Ferros - RN, 59900-000
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	Av. Sen. Salgado Filho s/nº - Tirol, Natal - RN, 59015-000
Hospital Dr. José Pedro Bezerra	R. Araquari, s/n - Potengi, Natal - RN, 59110-390
Hospital Giselda Trigueiro	R. Cônego Monte, 110 - Quintas, Natal - RN, 59037-170
Hospital Maria Alice Fernandes	Av. Pedro Álvares Cabral, s/n - Parque dos Coqueiros, Natal - RN, 59115-000
Hospital Geral Dr. João Machado	Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1700 - Tirol, Natal - RN, 59015-350
Hospital Regional Alfredo Mesquita Filho	R. Dr. Pedro Matos, s/n, Macaíba - RN, 59280-000
Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena	R. Sadi Mendes, S/N - Santos Reis, Parnamirim - RN, 59141-085
Hospital Central Coronel Pedro Germano	Av. Prudente de Moraes, 887 - Tirol, Natal - RN, 59020-400
Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos	Rua Dr. Luiz Carlos, 3400 - Novo horizonte, Açu - RN, 59650-000
Hemocentro Dalton Cunha	Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1800 - Tirol, Natal - RN, 59064-630
Centro Estadual de Reabilitação e Atenção Ambulatorial Especializada	Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1900 - Tirol, Natal - RN, 59030-660
Serviço de Verificação de Óbito	R. Cônego Monte, 110 - Quintas, Natal - RN, 59037-170

Materiais a serem disponibilizados

5.2. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:*

Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quant/Mensal	Quant/Anual
1	Impressoras térmicas	UND	50	600
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	41.905	502.860
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	6.452	77.424
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	1.121	13.452

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.3. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).*

6. CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de [impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato](#), o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar [representante](#) da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções

aplicáveis, dentre outros.

6.6. **Do gestor de contrato**

6.6.1. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47](#)):

- 6.6.2. analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 6.6.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
- 6.6.4. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 6.6.5. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 6.6.6. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 6.6.7. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- 6.6.8. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 6.6.9. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- 6.6.10. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 6.6.11. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 6.6.12. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 6.6.13. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.

6.7. **Do fiscal de contrato**

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7.2. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais ([Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48](#)):

- 6.7.2.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- 6.7.2.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.7.2.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 6.7.2.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- 6.7.2.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
- 6.7.2.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 6.7.2.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 6.7.2.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 6.7.2.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- 6.7.2.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.
- 6.7.3. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 49](#)).
- 6.7.3.1. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
 - a) os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - b) os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - d) a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
 - e) o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

f) a satisfação do público usuário.

6.7.4. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

6.7.5. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 10.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.7.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

- I - marca;
- II - qualidade;
- III - forma de uso.

6.7.7. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50](#)).

7. CLÁUSULA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA - VALOR

8.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9. CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

9.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

9.2.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);

9.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

9.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, apurado-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor resultante, sempre que este ocorrer.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a entrega e as obrigações da contratado(a), bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de Servidor da SESAP;

11.2. Efetuar o pagamento na forma convencionada nos termos deste Termo de Referência;

11.3. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a contratado(a);

11.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Adjudicatária;

11.5. Aplicar à Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais;

11.6. Proceder a rigoroso controle de qualidade dos produtos no recebimento, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e às apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato;

11.7. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.8. O servidor nomeado da SESAP para recebimento e fiscalização do objeto, terá até 10 (Dez) dias úteis da data do recebimento do bem objeto deste processo licitatório para se manifestar, quanto a sua conformidade às especificações, registrando todos os fatos referentes ao controle de qualidade, tais como aprovações, rejeições, omissões, e demais ocorrências, se houver.

11.9. Providenciar os pontos elétricos e de rede necessários;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS:

12.1.1. Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;

12.1.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação;

12.1.3. Entregar os materiais, objeto da presente licitação, no endereço constante no item 13.1, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas (horário local) de segunda a sexta-feira;

12.1.4. Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.

12.1.5. Responder por todos os custos de manutenção (fornecimento e substituição de peças com vícios, falhas ou com defeito de fabricação bem como a mão-de-obra para a sua instalação) e não serão de responsabilidade da CONTRATANTE durante o período de garantia;

12.1.6. Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:

12.1.6.1. Catálogo original do equipamento;

12.1.6.2. Manual de utilização / operação do equipamento em português;

12.1.7. **Substituir ou adequar o produto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da chegada do técnico ao local de instalação do equipamento, caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencida ou em desacordo com as especificações do Edital;**

12.1.8. **Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.**

12.1.9. - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1.9.1. - A exigência de qualificação técnica foi determinada com base nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade:

"As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic)ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado"

12.1.9.2. Esclarecemos também que os equipamentos que fazem parte do objeto desta licitação são bens públicos e que por isso, são de interesse de toda a sociedade, e em função da alta monta de valor cabe a Administração Pública exigir cuidados e fazer sua parte para garantir a capacidade técnica dos interessados em executar o contrato de forma eficiente evitando prejuízos ao erário.

12.1.9.3. Apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, através da apresentação de atestado de CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação da quantidade fornecida, da qualidade do material, do atendimento, do cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento, acompanhados dos respectivos

contratos de prestação dos serviços.

12.1.9.4. É obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos e softwares aqui solicitados, independente da descrição da proposta do fornecedor, através de documentos que sejam de domínio público cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL, não sendo aceitas declarações do fabricante como comprovação das exigências

12.1.10. Garantir o fornecimento contínuo dos insumos;

12.1.11. Efetuar manutenções corretivas e preventivas;

12.1.12. Substituir impressoras ou componentes defeituosos sem custos adicionais;

12.1.13. Prestar suporte técnico e treinamento inicial;

12.1.14. Elaborar relatórios mensais de desempenho e utilização;

12.1.15. Cumprir integralmente os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Em razão da natureza do objeto contratado e após análise técnica de risco da contratação, fica dispensada a exigência de garantia de execução contratual, conforme previsão do art. 96, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. A dispensa da garantia decorre da avaliação de que a execução do objeto não apresenta riscos que justifiquem a exigência da prestação de garantia por parte da contratada, sendo suficiente a aplicação das demais sanções administrativas previstas em lei em caso de descumprimento contratual.

13.3. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, além das medidas cabíveis de ressarcimento ao erário.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

14.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

14.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

14.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o Contratado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o Contratado(a) poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;
- b) suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- c) suspensa por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

14.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

14.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista no Termo de Referência ou em contrato.

14.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2011.

14.22. É admitida a reabilitação do Contratado(a) perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos,

cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- f) 11.23 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do Contratado(a), a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

15.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - Iconsensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

15.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

15.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 16.1.1. Gestão/Unidade: 24131 - Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte - FES-RN;
- 16.1.2. Fonte de Recursos: 0.5.00 Recursos não vinculados de Impostos
- 16.1.3. Programa de Trabalho: 238201 - Manutenção das Unidades Hospitalares e de Referências
- 16.1.4. Elemento de Despesa: 33.90.39.12 - Locação de Máquinas e Equipamentos

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em

atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 02 (duas) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Natal/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)
Alexandre Motta Camara
Secretário de Estado da Saúde Pública do RN

(assinado eletronicamente)

Pela Contratada



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUCAS TEIXEIRA DE ARAUJO**, **Assistente Técnico em Saúde**, em 02/12/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38007661** e o código CRC **A3640724**.

Referência: Processo nº 00610404.000019/2025-09

SEI nº 38007661

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 00610404.000019/2025-09

1. INTRODUÇÃO

1.1. A identificação segura do paciente é uma das seis metas internacionais de segurança do paciente preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e regulamentada no Brasil pela RDC nº 36/2013 da ANVISA. A adoção de sistemas padronizados de impressão de pulseiras, integrados aos sistemas de informação hospitalar, permite maior rastreabilidade, redução de erros e maior segurança na assistência à saúde.

1.2. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda ID (33037802), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação com adjudicação do lote único, descrevendo as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Essa iniciativa está em consonância com o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), que estabelece o estímulo à adoção de práticas assistenciais seguras. Além disso, dentre os protocolos básicos definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e regulamentados pela Portaria MS/GM nº 529/2013, os quais devem ser elaborados e implementados pelos serviços de saúde, destaca-se o Protocolo de Identificação do Paciente, que orienta a implementação de normativas específicas sobre a identificação correta dos pacientes.

Adicionalmente, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 36/2013, da Anvisa, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde, reforça a obrigatoriedade da adoção de medidas sistemáticas para a prevenção de eventos adversos, incluindo a correta identificação do paciente como um de seus principais eixos estruturantes.

Este ETP trata da solicitação de contratação de impressoras térmicas para a impressão de pulseiras de identificação de pacientes (adulto, pediátrico e neonatal), bem como do fornecimento regular dessas pulseiras, visando atender às necessidades das 21 unidades hospitalares e 2 unidades de referência vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP-RN).

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

3.1. A contratação referente à prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão de pulseiras de identificação de pacientes, compreendendo locação de impressoras térmicas, fornecimento contínuo de pulseiras e demais insumos, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico especializado, integra o planejamento anual da Pasta, considerando sua relevância estratégica para o fortalecimento das ações de segurança do paciente na rede estadual de saúde.

3.2. A demanda foi devidamente inserida no sistema de planejamento para composição do Plano de Contratações Anual (PCA 2026) da SESAP/RN, aguardando o ciclo de publicação oficial. Tal medida demonstra a compatibilidade da contratação com o planejamento orçamentário e administrativo da Pasta, garantindo maior racionalidade na gestão dos recursos públicos e observância ao princípio do planejamento previsto na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

3.3. Além disso, a contratação encontra-se alinhada às diretrizes institucionais voltadas à qualificação da assistência hospitalar, à padronização dos processos de identificação segura dos pacientes e ao fortalecimento das ações desenvolvidas pelos Núcleos de Segurança do Paciente (NSP) das unidades da rede estadual.

3.4. Destaca-se, ainda, que a solução proposta possui aderência às metas previstas na Programação Anual de Saúde (PAS), especialmente no tocante às ações de promoção da cultura de segurança do paciente, gestão de riscos assistenciais e implementação de boas práticas nos serviços de saúde da rede SESAP/RN.

3.5. A inserção da demanda no Plano de Contratações Anual reforça o compromisso da Administração Pública com a adoção de práticas de governança e planejamento das contratações públicas, assegurando que a futura contratação esteja devidamente compatibilizada com as prioridades institucionais, disponibilidade orçamentária e necessidades assistenciais da rede estadual de saúde.

3.6. Dessa forma, resta demonstrado que a presente contratação atende às exigências legais relacionadas ao planejamento anual das contratações públicas, encontrando-se regularmente prevista no PCA 2026 da SESAP/RN, em consonância com os princípios da eficiência, transparência, economicidade e interesse público.

3.7.

4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços a serem contratados incluem a locação das impressoras, fornecimento das pulseiras, manutenção e suporte por parte da contratada.

4.2. A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços de **outsourcing de impressão de pulseiras de**

identificação de pacientes para os 21 hospitais e 2 unidades de referência vinculadas à Secretaria Estadual de Saúde Pública, incluindo a **locação dos equipamentos, fornecimento contínuo de insumos, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico especializado**.

4.3. A contratada deverá efetuar o fornecimento, transporte e entrega do material dos insumos obedecendo às recomendações do fabricante e mantendo todas as suas características originais nos endereços que constam no anexo I - LISTA DE ENDEREÇOS, sedes dos serviços hospitalares e das Unidades de Referência integrantes da rede assistencial de saúde do Estado do Rio Grande do Norte.

4.4. **Itens incluídos na contratação:**

4.4.1. Locação de impressoras térmicas para impressão de pulseiras de identificação de pacientes, com capacidade de conexão em rede e compatibilidade com os sistemas hospitalares existentes.

4.4.2. Fornecimento contínuo de insumos, incluindo:

4.4.2.1. Pulseiras de identificação para pacientes (adultos, pediátricos e neonatais);

4.4.2.2. Ribbons térmicos, caso necessário;

4.4.2.3. Materiais de limpeza e manutenção de rotina das impressoras.

4.4.3. Manutenção preventiva e corretiva das impressoras durante todo o período contratual, com:

4.4.3.1. Substituição de peças e componentes defeituosos sem ônus adicional;

4.4.3.2. Visitas técnicas periódicas para manutenção preventiva;

4.4.3.3. Atendimento técnico corretivo em até 24 horas úteis após chamado.

4.4.4. Suporte técnico, incluindo:

4.4.4.1. Central de atendimento com suporte remoto (telefone, e-mail ou plataforma web);

4.4.4.2. Treinamento inicial para equipes locais sobre o uso e manutenção básica dos equipamentos;

4.4.4.3. Atualizações de software/firmware, quando aplicável.

4.4.5. Instalação e configuração dos equipamentos em cada unidade, com testes de funcionalidade e integração aos sistemas locais.

4.4.6. Relatórios periódicos de utilização, disponibilidade dos equipamentos, e indicadores de desempenho (ex.: tempo médio de atendimento, número de chamados, etc).

4.5. **Requisitos dos insumos (pulseiras):**

4.5.1. **As pulseiras de identificação fornecidas devem atender às seguintes especificações:**

4.5.1.1.

Material: Polietileno ou material sintético equivalente, resistente à água, álcool, sabão e antissépticos hospitalares;

4.5.1.2. **Dimensões aproximadas:**

a) Adulto: largura mínima de 25 mm, comprimento ajustável até 300 mm;

b) Pediátrico: largura mínima de 20 mm, comprimento ajustável até 200 mm;

c) Neonatal: largura mínima de 10 mm, comprimento ajustável até 150 mm;

4.5.1.3. Fixação: Sistema de fechamento inviolável (autoadesivo de segurança ou botão de pressão permanente), garantindo a integridade da identificação;

4.5.1.4. Tecnologia de impressão: Compatível com impressão térmica direta ou por transferência térmica;

4.5.1.5. Superfície de impressão: Deve permitir leitura clara, com durabilidade mínima de 7 dias sem perda de legibilidade;

4.5.1.6. Cor: A pulseira usada para a identificação do paciente deve ser de cor branca;

4.5.1.7. Livre de látex, hipoalergênica e atóxica.

4.6. **Vigência do contrato**

4.6.1. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme interesse da administração pública, limitado ao prazo máximo legal permitido para contratações contínuas, observada a legislação vigente.

5. **ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO**

5.1. O levantamento inicial das necessidades foi realizado junto às unidades hospitalares e unidades de referência da rede SESAP/RN, por meio do Processo SEI nº 00610404.000071/2023-95, oportunidade em que foram solicitadas informações referentes à média mensal de internações, fluxo assistencial, perfil de atendimento e quantitativo estimado de pacientes atendidos por unidade.

5.2. Posteriormente, considerando o lapso temporal entre o levantamento inicial e a formalização da presente contratação, procedeu-se à atualização dos quantitativos com base em dados assistenciais mais recentes, utilizando-se informações consolidadas do exercício de 2024, obtidas junto às próprias unidades demandantes e corroboradas mediante consulta à plataforma Tabwin/DATASUS, considerando especialmente:

a) média histórica mensal de internações hospitalares;

- b) taxa média de ocupação hospitalar;
- c) perfil assistencial das unidades;
- d) quantidade média de admissões e movimentações de pacientes;
- e) existência de serviços pediátricos e neonatais;
- f) quantitativo de leitos ativos;
- g) rotatividade de pacientes por setor assistencial;
- h) demanda específica de unidades de referência e serviços especializados.

5.3. A estimativa das pulseiras de identificação considerou como premissa técnica a utilização mínima de 01 (uma) pulseira por paciente admitido, acrescida de margem operacional destinada à cobertura de situações de substituição decorrentes de:

- a) desgaste natural do material;
- b) transferências internas entre setores;
- c) perdas ocasionais;
- d) necessidade de reimpressão;
- e) trocas motivadas por falhas de identificação ou danos físicos.

5.4. No caso específico das pulseiras pediátricas e neonatais, os quantitativos foram individualizados conforme o perfil epidemiológico e assistencial das unidades que dispõem de maternidade, UTI neonatal, leitos pediátricos e serviços obstétricos.

5.5. A definição do quantitativo de impressoras térmicas observou critérios operacionais relacionados:

- a) ao porte da unidade hospitalar;
- b) à quantidade de leitos;
- c) ao número de setores de admissão e internação;
- d) ao fluxo diário de pacientes;
- e) à necessidade de continuidade ininterrupta do serviço de identificação segura do paciente.

5.6. Para unidades de maior porte e alta complexidade, como hospitais regionais de referência e portas de urgência e emergência, foi prevista quantidade superior de equipamentos, visando evitar descontinuidade assistencial e garantir redundância operacional em caso de manutenção corretiva.

5.7. Além disso, foi incorporada à estimativa a demanda oriunda do Serviço de Verificação de Óbito (SVO), conforme Processo SEI nº 00611376.000040/2025-43, considerando a necessidade de padronização e rastreabilidade dos procedimentos de identificação também naquele serviço especializado.

5.8. Importante destacar que os quantitativos previstos possuem natureza estimativa, podendo sofrer variações conforme o comportamento da demanda assistencial da rede estadual de saúde, razão pela qual o modelo de contratação por outsourcing apresenta maior flexibilidade operacional e melhor adequação às oscilações do consumo institucional.

5.9. Por fim, informa-se que os documentos, levantamentos internos, planilhas de consolidação de demanda, comunicações das unidades assistenciais e demais elementos que subsidiaram a construção das estimativas encontram-se acostados aos autos do processo administrativo, garantindo a rastreabilidade, transparência e segurança jurídica do planejamento da contratação, em observância aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.10. Portanto, segue, abaixo, o quantitativo total estimado por mês e para cada serviço de saúde:

Órgão Gerenciador: SESAP/RN			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	50
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	41.905
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	6.452
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	1.121

Detalhamento por serviço hospitalar e unidade de referência:

Hospital Regional Josefa Alves Godeiro (HRJAG)			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	1
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	1.200
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	318
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel - HMWG			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	4

2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	8.700
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos - HRNIS

Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	480
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	20

Hospital Dr. João Machado - HGJM

Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	1
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	200
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Giselda Trigueiro - HGT

Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	2.000
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital da mulher HRMPMC

Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	3
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	1.000
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	400
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	100

Hospital Lindolfo Gomes Vidal - HRLGV

Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	3.200
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	400
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Dr. Mariano Coelho - HDMC

Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	1.300
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	80

Hospital Regional Hélio Morais Marinho - HRHMM

Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	1
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	150
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	30
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Regional Alfredo Mesquita Filho - HRAMF

Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	600
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	111

Hospital Maria Alice Fernandes - HMAF			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	300
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	450
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	450

Hospital Central Coronel Pedro Germano - HCCPG			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	600
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Rafael Fernandes - HRF			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	1
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	100
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Dr. Cleodon Carlos de Andrade - HRCCA			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	4834
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	1.401
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Unidade Hospitalar Regional do Seridó Telecila Freitas Fontes - HRTFF			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	4
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	5.800
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	180
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	20

Hospital Regional de São Paulo do Potengi Monsenhor Expedido - HRME			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	1
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	150
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena - HRDML			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	1.500
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Regional Mons. Antonio Barros - HRMAB			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	900
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	340

Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia - HRTVM			
--	--	--	--

Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	1
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	3.500
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	400
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Dr. José Pedro Bezerra - HJPB			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	4
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	2.000
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hospital Regional Dr. Aginaldo Pereira da Silva - HRDAPS			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	3
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	2.200
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	623
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Hemonorte: Dalton Cunha			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	2
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	400
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	250
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

CERAE - Centro Estadual de Reabilitação e Atenção Ambulatorial Especializada			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	3
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	500
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	2.000
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

Serviço de Verificação de Óbito - SVO			
Item	Descrição (sucinta)	Unidade de Medida	Quantidade
1	Impressoras de pulseiras de identificação do paciente	UND	1
2	Pulseiras de identificação tamanho adulto/mês	UND	291
3	Pulseiras de identificação tamanho pediátrico/mês	UND	-
4	Pulseiras de identificação tamanho neonatal/mês	UND	-

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 6.1. O levantamento de mercado teve por objetivo identificar as soluções tecnológicas e modelos de contratação disponíveis para operacionalização do processo de identificação segura de pacientes nas unidades hospitalares e unidades de referência da rede estadual de saúde, considerando critérios técnicos, operacionais, econômicos e de continuidade assistencial.
- 6.2. Durante a análise mercadológica, foram avaliadas duas alternativas principais:
- 6.3.

a) aquisição direta das impressoras térmicas, com gestão interna dos insumos, manutenção e suporte técnico;

b) contratação de serviço continuado de outsourcing de impressão, contemplando locação dos equipamentos, fornecimento contínuo de insumos, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico especializado.
- 6.4. A primeira alternativa, correspondente à aquisição direta dos equipamentos, demandaria da Administração Pública a realização de contratações paralelas e contínuas para aquisição de pulseiras, ribbons, peças de reposição, manutenção corretiva e preventiva, assistência técnica especializada e eventual substituição de equipamentos defeituosos.
- 6.5. Além disso, esse modelo implicaria:

- 6.6. a) maior complexidade administrativa na gestão contratual;
b) necessidade de manutenção de estoque regulador de insumos;
c) riscos de desabastecimento;
d) possibilidade de paralisação operacional em caso de falhas técnicas;
e) aumento dos custos indiretos relacionados à logística, armazenamento e manutenção dos equipamentos;
f) maior risco de obsolescência tecnológica.
- 6.7. Em contrapartida, a modalidade de outsourcing de impressão apresenta solução integrada, transferindo à empresa contratada a responsabilidade integral pela operacionalização do serviço, incluindo fornecimento dos equipamentos, insumos, manutenção, suporte técnico e substituição de equipamentos quando necessário.
- 6.8. Durante o levantamento de mercado, foram identificadas empresas especializadas que atuam nacionalmente no fornecimento de soluções de impressão térmica hospitalar, demonstrando a existência de ampla competitividade e disponibilidade de fornecedores aptos à execução do objeto pretendido.
- 6.9. A análise comparativa entre os modelos avaliados demonstrou que a contratação por outsourcing apresenta vantagens técnicas e econômicas relevantes para a Administração Pública, especialmente quanto:
- a) à continuidade operacional dos serviços;
 - b) à redução do risco de indisponibilidade de equipamentos;
 - c) à previsibilidade dos custos contratuais;
 - d) à eliminação da necessidade de múltiplas contratações acessórias;
 - e) à atualização tecnológica dos equipamentos;
 - f) à redução da sobrecarga administrativa relacionada à gestão de insumos e manutenção;
 - g) à maior agilidade no atendimento de falhas técnicas e substituição de equipamentos.
- 6.10. No aspecto econômico, a análise mercadológica evidenciou que o modelo de outsourcing proporciona maior racionalização dos custos administrativos e operacionais, considerando que os valores contratados englobam todos os elementos necessários à execução contínua do serviço, evitando despesas fragmentadas e custos adicionais imprevisíveis relacionados à manutenção corretiva, reposição de peças e aquisição emergencial de insumos.
- 6.11. Além disso, foram considerados parâmetros de preços obtidos mediante pesquisa mercadológica realizada em processos administrativos anteriores relativos ao mesmo objeto, bem como consultas a contratações similares disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), possibilitando avaliação comparativa dos valores praticados no mercado.
- 6.12. A análise das soluções disponíveis demonstrou, ainda, que a contratação integrada por outsourcing constitui prática amplamente adotada por instituições hospitalares públicas e privadas, especialmente em razão da necessidade de continuidade operacional, rastreabilidade assistencial e suporte técnico permanente.
- 6.13. Importante destacar que a escolha da solução levou em consideração não apenas o menor custo imediato, mas principalmente a avaliação do custo global da contratação ao longo do ciclo de vida da solução, incluindo manutenção, reposição de insumos, suporte técnico, atualização operacional e mitigação de riscos assistenciais.
- 6.14. Dessa forma, conclui-se que a contratação de serviço continuado de outsourcing de impressão de pulseiras de identificação representa a solução mais vantajosa, eficiente e segura para atender às necessidades da SESAP/RN, assegurando maior eficiência administrativa, continuidade assistencial e conformidade com os protocolos de segurança do paciente e normativas sanitárias vigentes.

6.15.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

SERVIÇOS	QUANTIDADE MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
SERVIÇO DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO - IMPRESSORA DE PULSEIRAS	50	R\$ 1.073,33	R\$ 53.666,50	R\$ 643.998,00
INSUMOS QUE OBRIGATORIAMENTE DEVE COMPOR O SERVIÇO - PULSEIRAS ADULTO	41.905	R\$ 0,20	8.381,00	100.572,00
INSUMOS QUE OBRIGATORIAMENTE DEVE COMPOR O SERVIÇO - PULSEIRAS PEDIÁTRICAS	6.452	R\$ 0,20	1.290,40	15.484,80
INSUMOS QUE				

OBRIGATORIAMENTE DEVE COMPOR O SERVIÇO - PULSEIRAS NEONATAIS	1.121	R\$ 0,20	224,20	2.690,40
TOTAL DA CONTRATAÇÃO				762.745,20

7.1. Os valores atribuídos de forma estimada, em sua maioria são oriundos da pesquisa mercadológica feita no processo nº 00610004.001445/2021-31, que englobou o mesmo objeto e valores encontrados no Portal Nacional de Contratações Públicas.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A aquisição direta das impressoras térmicas apresenta desafios significativos. Entre eles, destaca-se a necessidade de compras recorrentes de insumos (pulseiras térmicas, cabeçotes de impressão, entre outros), o que exige previsibilidade orçamentária e capacidade logística para evitar desabastecimento. Além disso, a responsabilidade pela manutenção e suporte técnico recai sobre a instituição contratante, o que pode resultar em indisponibilidade prolongada dos equipamentos em caso de falhas, afetando diretamente a rotina de atendimento aos pacientes.

8.2. Por outro lado, a modalidade de outsourcing de impressão se mostra mais vantajosa, uma vez que transfere à empresa contratada a responsabilidade pela operação plena do serviço. Nesse modelo, todos os insumos necessários estão incluídos no contrato, e a contratada se compromete a realizar a manutenção preventiva e corretiva, bem como a substituição dos equipamentos em caso de falhas, garantindo a continuidade do serviço com menor risco operacional.

8.3. Diante dessa análise, conclui-se que a contratação via outsourcing representa a solução mais eficiente e segura para atender à demanda por impressão de pulseiras de identificação de pacientes. Essa modalidade assegura maior previsibilidade de custos, menor risco de interrupção dos serviços e maior agilidade na resolução de problemas técnicos, contribuindo para a qualidade do atendimento prestado nas unidades de saúde.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Justifica-se o não parcelamento do objeto, nos termos do inciso II do §3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de um sistema único e integrado, cuja fragmentação poderia comprometer a compatibilidade, a interoperabilidade e o funcionamento do conjunto, representando risco à integridade e à eficácia da solução pretendida.

10. ANÁLISE DE RISCOS

10.1. Os riscos relativos à contratação e à gestão do contrato, incluindo as ações para mitigar os riscos identificados, seguem em planilha:

IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS À CONTRATAÇÃO						
Se (causa)	Riscos identificados	Então (consequência)	Probabilidade	Impacto	Medida do risco	Controle do risco
A empresa contratada atrasar a entrega das impressoras e pulseiras	Atraso na disponibilização dos equipamentos essenciais	Comprometimento da identificação segura dos pacientes	2	3	Alto risco	Estabelecer cláusulas contratuais com prazos claros e penalidades por descumprimento Acompanhamento sistemático do cronograma de entrega e relatórios periódicos
Falha técnica nos equipamentos fornecidos	Interrupção na emissão de pulseiras de identificação	Risco à segurança do paciente e falha nos processos assistenciais	1	3	Baixo risco	Exigir assistência técnica e manutenção corretiva e preventiva no contrato Monitoramento do desempenho dos equipamentos e manutenção preventiva regular
Fornecimento de						Exigir amostras para testes prévios antes da aquisição definitiva

pulseiras incompatíveis com o sistema hospitalar	Incompatibilidade tecnológica	Impossibilidade de uso das pulseiras e retrabalho	1	2	Baixo risco	Realizar testes de compatibilidade e validação técnica antes da assinatura do contrato
Falência ou descontinuidade da empresa fornecedora	Descontinuidade no fornecimento e suporte	Paralisação do serviço e necessidade de nova contratação emergencial	1	3	Baixo risco	Avaliar a solidez financeira e reputação da empresa previamente Monitorar a saúde financeira da empresa e manter cadastro reserva de fornecedores
Aumento inesperado no custo dos insumos	Elevação do custo do contrato	Comprometimento orçamentário e necessidade de readequação financeira	2	2	Médio risco;	Firmar contratos com preços fixos ou cláusulas de reajuste previamente definidas Acompanhamento financeiro periódico do contrato

Legenda:

ITEM	DESCRIÇÃO
Probabilidade	Probabilidade de o evento de risco ocorrer. Preencher com: 1) Baixa; 2) Média; 3) Alta; 4) Muito Alta
Impacto	Impacto causado no resultado pretendido, caso o evento de risco ocorra (se materialize). Preencher com: 1) Baixa; 2) Média; 3) Alta; 4) Muito Alta.
Medida do risco	Resultado da multiplicação entre o impacto e a probabilidade de ocorrência do risco. Preencher com: Resultado de 1 a 3 - Baixo risco; Resultado de 4 a 5 - Médio risco; Resultado de 6 a 9 - Alto risco; Resultado de 10 a 16 - Altíssimo risco
Controle do risco	Descrever o tratamento (a ação) usado (a) para mitigar/eliminar/evitar o risco identificado.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. **Com a contratação de serviços de outsourcing de impressoras para emissão de pulseiras de identificação hospitalar, pretende-se alcançar os seguintes resultados:**

11.1.1. Garantir a segurança do paciente, por meio da emissão padronizada e legível de pulseiras de identificação, reduzindo riscos de erros de identificação durante a assistência.

11.1.2. Assegurar a disponibilidade contínua de impressoras e insumos (pulseiras), evitando interrupções nos processos assistenciais e garantindo o fluxo adequado de atendimento nas unidades hospitalares.

11.1.3. Melhorar a eficiência operacional, eliminando falhas manuais na identificação dos pacientes e integrando as impressoras ao sistema de gestão hospitalar.

11.1.4. Obter previsibilidade orçamentária, com a contratação sob a modalidade de outsourcing, incluindo fornecimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva, sem custos adicionais imprevistos.

11.1.5. Reduzir o tempo de resposta e de resolução de falhas, com suporte técnico especializado disponibilizado pela empresa contratada.

11.1.6. Garantir a rastreabilidade e a padronização das identificações, promovendo maior controle e segurança nos processos assistenciais, conforme as normas de segurança do paciente.

11.1.7. Atender aos requisitos regulatórios e de boas práticas, seguindo as diretrizes da Política Nacional de Segurança do Paciente e outras normativas aplicáveis.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Elaboração e aprovação do Termo de Referência contendo especificações técnicas detalhadas, justificativas, estimativas de quantitativos e valores, bem como os critérios de medição e pagamento.

12.2. Realização de pesquisa de preços de mercado, com o objetivo de aferir a adequação dos valores estimados à realidade mercadológica, garantindo a economicidade da contratação.

12.3. Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa vencedora, conforme exigido pela legislação vigente.

12.4. Análise da capacidade técnica da empresa contratada, por meio da comprovação de experiência prévia compatível com o objeto contratado, assegurando a prestação adequada do serviço.

12.5. Realização de testes de compatibilidade técnica, com o objetivo de verificar se os equipamentos e insumos ofertados são compatíveis com os sistemas hospitalares e atendem às especificações estabelecidas.

12.6. Confirmação da disponibilidade orçamentária, mediante emissão da Nota de Empenho correspondente, assegurando que há recursos suficientes para a contratação.

12.7. Elaboração e assinatura do contrato administrativo, contendo cláusulas que garantam o cumprimento das obrigações assumidas, a aplicação de penalidades em caso de descumprimento e a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Não se faz necessária a realização de constatações correlatas/ ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A contratação para outsourcing de impressoras com fornecimento de pulseiras de identificação hospitalar poderá gerar os seguintes impactos ambientais:

14.2. Geração de resíduos sólidos, tais como cartuchos de tinta, ribbons e pulseiras descartadas após o uso, que podem contribuir para o aumento de resíduos hospitalares.

14.3. Consumo de energia elétrica, decorrente do funcionamento contínuo dos equipamentos, impactando na pegada energética da instituição.

14.4. Emissão de poluentes associados ao processo de fabricação e descarte dos insumos (pulseiras plásticas e suprimentos de impressão).

14.5. Medidas para mitigar os impactos ambientais:

14.5.1. Exigência contratual de logística reversa, garantindo a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados, especialmente cartuchos, ribbons e outros consumíveis.

14.5.2. Adoção de impressoras com eficiência energética, priorizando equipamentos com certificações ambientais reconhecidas (ex.: Energy Star).

14.5.3. Orientação sobre o descarte correto das pulseiras, respeitando as normas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RDC/ANVISA nº 222/2018).

14.5.4. Incentivo à redução do desperdício, mediante capacitação dos profissionais e otimização do uso das pulseiras, evitando impressões desnecessárias.

14.5.5. Adoção de insumos recicláveis ou biodegradáveis, sempre que possível, para minimizar o impacto ambiental associado ao descarte.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Após a realização das análises técnicas, operacionais e econômicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de outsourcing de impressão de pulseiras de identificação de pacientes mostra-se adequada, necessária e vantajosa para atender às demandas assistenciais da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte – SESAP/RN.

15.2. A análise de alternativas realizada demonstrou que o modelo de aquisição direta de impressoras térmicas, com gestão interna dos insumos, manutenção corretiva e preventiva e suporte técnico operacional, implicaria maior complexidade administrativa, necessidade de contratações acessórias, risco de desabastecimento de insumos e maior possibilidade de descontinuidade dos serviços em caso de falha técnica dos equipamentos.

15.3. Por outro lado, o modelo de outsourcing de impressão apresenta solução integrada, contemplando a disponibilização dos equipamentos, fornecimento contínuo das pulseiras e demais insumos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e substituição de equipamentos defeituosos, garantindo maior eficiência operacional e continuidade da prestação do serviço.

15.4. A escolha da solução proposta fundamenta-se, portanto, nos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e segurança do paciente, uma vez que transfere à contratada a responsabilidade pela gestão operacional da solução tecnológica, reduzindo riscos administrativos e assistenciais para a Administração Pública.

15.5. Sob o aspecto técnico, a solução selecionada apresenta plena compatibilidade com as necessidades da rede hospitalar da SESAP/RN, permitindo a padronização dos processos de identificação de pacientes nas unidades

hospitais e serviços de referência, fortalecendo os protocolos institucionais de segurança assistencial.

15.6. A contratação também se mostra alinhada às diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), pela Portaria MS/GM nº 529/2013 e pela RDC ANVISA nº 36/2013, normativos que reforçam a obrigatoriedade de adoção de medidas voltadas à correta identificação do paciente como estratégia essencial para prevenção de eventos adversos.

15.7. Além disso, a solução contribui diretamente para:

- a) redução de falhas de identificação de pacientes;
- b) fortalecimento da rastreabilidade assistencial;
- c) melhoria da segurança na administração de medicamentos e realização de procedimentos;
- d) padronização institucional das rotinas assistenciais;
- e) atendimento às exigências sanitárias e regulatórias;
- f) redução de riscos operacionais relacionados à indisponibilidade de equipamentos e insumos;
- g) maior previsibilidade orçamentária e administrativa.

15.8. No aspecto econômico, a contratação por outsourcing demonstra-se mais vantajosa em comparação à aquisição individualizada de equipamentos e insumos, considerando a inclusão, em um único contrato, dos custos de manutenção, suporte técnico, reposição de peças, atualização tecnológica e fornecimento contínuo dos materiais necessários à execução do serviço.

15.9. Adicionalmente, o modelo adotado reduz custos indiretos relacionados à gestão logística de suprimentos, armazenamento de materiais, contratação de assistência técnica e paralisação operacional decorrente de falhas dos equipamentos.

15.10. Quanto à adequação legal, verifica-se que a contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, estando em conformidade com a inclusão da demanda no Plano de Contratações Anual (PCA 2026) da SESAP/RN e com as metas institucionais relacionadas à qualificação da segurança do paciente.

15.11. No tocante ao plano de implementação, a execução contratual compreenderá a instalação gradativa dos equipamentos nas unidades contempladas, realização de testes operacionais, treinamento das equipes locais, fornecimento contínuo dos insumos e acompanhamento da execução mediante fiscalização contratual e indicadores de desempenho previamente definidos.

15.12. Dessa forma, diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente viável, operacionalmente adequada e economicamente vantajosa, apresentando-se como a solução mais eficiente para assegurar a continuidade, qualidade e segurança do processo de identificação de pacientes no âmbito da rede estadual de saúde da SESAP/RN.

Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos; RDC nº 36/2013 da ANVISA - Institui a Política Nacional de Segurança do Paciente.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO DANIEL DE CARVALHO FELICIANO, Chefe de Grupo Auxiliar**, em 12/05/2026, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA MEDEIROS DE BARCELOS, Subcoordenadora de Atenção Hospitalar**, em 12/05/2026, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATA FREIRE DO NASCIMENTO, Coordenadora de Atenção à Saúde**, em 20/05/2026, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41176710** e o código CRC **F8F6E610**.